

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

POLÍTICA NACIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Jose Alberto Miranda , Cristiana Verônica Mueller

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6549>

Submetido em: 2023-08-01

Postado em: 2023-08-10 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

POLÍTICA NACIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

JOSE ALBERTO ANTUNES DE MIRANDA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5338-4728>

<jose.miranda@unilasalle.edu.br>

CRISTIANA VERÔNICA MUELLER²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1347-266X>

<cristianavmueller@gmail.com>

¹ Universidade La Salle. Canoas, RS, Brasil.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.

RESUMO: A criação de uma política pública nacional de internacionalização no Brasil tem sido recomendada por especialistas a partir de modelos adotados por outros países. Apesar de corroborar com essa orientação, é objetivo desse trabalho, problematizar a inexistência de uma política nacional de internacionalização brasileira a partir do entendimento das atuais características do processo no país. Para isso, optou-se por inicialmente elucidar como estão estruturados alguns dos principais órgãos do governo e respectivas ações e programas relacionados à internacionalização. Após, buscou-se relacionar esses elementos ao processo de gestão da internacionalização pelas Instituições de Ensino Superior (IES) por meio de uma análise crítica de benefícios e prejuízos. Surge, nestes termos, o que chamamos de desafios de uma política nacional para internacionalização. Metodologicamente é feita uma abordagem qualitativa com análise bibliográfica e documental. Como resultado, são identificadas evidências de que o Estado brasileiro tem sido um ator importante, mas, que tem atuado de forma desarticulada por meio de seus diferentes órgãos e isso tem refletido tanto em prejuízos quanto ganhos para a gestão da internacionalização das IES brasileiras e para o país. Como recomendações finais, tem-se a necessidade de haver melhor relação entre Estado e IES na construção de estratégias nacionais bem como, melhor compreensão do que o país tem e quer a partir da internacionalização.

Palavras-chave: internacionalização, educação superior, política pública, gestão, Brasil.

NATIONAL POLICY FOR INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: A CRITICAL ANALYSIS

ABSTRACT: The creation of a national public policy for internationalization in Brazil has been recommended by scholars based on models adopted by other countries. Although corroborating this assumption, this paper aims to problematize the characteristics of the current process in Brazil considering the absence of a national policy for internationalization. To this end an initial presentation of the main governmental bodies and programs related to internationalization is made followed by a critical analysis of benefits and prejudices for the management of the process in the Brazilian Higher Education Institutions (HEIs). This context we call the challenges of a national policy for internationalization. Methodologically, we develop a qualitative approach considering the bibliographical and documental review. The results evidence that the Brazilian State has been an important actor, nevertheless has acted in a disjointed way through its different bodies and this has reflected both in benefits and prejudices for the institutions and for the country. Final recommendations are related to the need for a better relationship between the State and HEIs in the construction of national strategies, as well as a better understanding of what the country has and wants from internationalization.

Keywords: internationalization, higher education, public policy, management, Brazil.

POLÍTICA NACIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL: UN ANÁLISIS CRÍTICO

RESUMEN: La creación de una política pública nacional para la internacionalización en Brasil ha sido recomendada por expertos a partir de modelos adoptados por otros países. A pesar de corroborar la orientación, el objetivo de este trabajo es problematizar la falta de una política nacional para la internacionalización brasileña a partir de la comprensión de las características actuales del proceso en el país. Para eso, es hecha una presentación inicial de los principales órganos de gobierno y programas relacionados con la internacionalización. Posteriormente, buscamos relacionar estos elementos con el proceso de gestión de la internacionalización en las Instituciones de Educación Superior (IES) a través de un análisis crítico de beneficios y perjuicios. Surgen, en estos términos los desafíos de una política nacional para la internacionalización. Metodológicamente el abordaje es cualitativo con análisis bibliográfico y documental. Los resultados apuntan que el Estado brasileño ha sido un actor importante, pero ha actuado de forma desarticulada a través de sus diferentes órganos y eso se ha reflejado tanto en beneficios como en perjuicios para la gestión de la internacionalización de las IES brasileñas y para el propio país. Las recomendaciones finales indican la necesidad de una mejor relación entre el Estado y las IES en la construcción de estrategias nacionales, así como una mejor comprensión de lo que tiene y quiere el país a partir de la internacionalización.

Palabras clave: internacionalización, educación superior, política pública, gestión, Brasil.

INTRODUÇÃO

A internacionalização da educação superior tem sido alternativa para diferentes países posicionarem-se num cenário globalizado e competitivo e cada vez mais “... é preciso internacionalizar-se para sobreviver” (MOREIRA, RANINCHESKI, 2019, p.1). O caminho comumente utilizado por diferentes países, e que nos interessa explorar aqui, é a criação de uma Política Pública Nacional de Internacionalização. Orientações, metas, indicadores, prazos, atores e programas têm sido, na grande maioria, os elementos centrais no desenvolvimento dessas políticas nacionais de Estado.

A ausência de uma política pública para a internacionalização da educação superior, tendendo-se a compreensão da política pública como diretrizes e ações voltadas à resolução de um problema coletivo, (SOUZA, 2009) pode ser prejudicial para o país pois a existência da política pública pode contribuir para a melhoria da visão no mundo da educação superior brasileira e, da mesma forma, afasta as instituições de ensino superior do país em apoiar-se a indicadores internacionais que não se aplicam à realidade nacional.

Há um conjunto de razões que podem levar um país ao desenvolvimento de uma política pública nacional de internacionalização. Apesar da literatura identificar a ocorrência de mudanças no conjunto de motivações nacionais ao longo das duas últimas décadas, entre as principais estão o interesse comercial, o ganho de cérebros, o desenvolvimento de recursos humanos, a diplomacia e a construção da nação (KNIGHT, 2020). Os países com esses objetivos geralmente têm a preocupação de alinhar as políticas internas, sobretudo educacionais com os objetivos e necessidades de desenvolvimento tecnológico, científico e econômico nacional. Também, o foco tem sido a inserção do país na arena internacional, sendo esta alicerçada pela política externa. Dito de outra forma, uma política pública nacional de internacionalização é um caminho pelo qual o Estado cria diretrizes nacionais a serem seguidas e cumpridas pelos variados atores desse processo. Embora estas pareçam motivações irrefutáveis para um país projetar sua atuação internacional por meio da promoção da internacionalização, ainda assim, diversos países não possuem uma política nacional. O Brasil é um desses casos.

A literatura tem pouco explorado, até agora, a compreensão de como tem sido o processo de internacionalização em países que não possuem esse direcionamento nacional. O que muitas vezes há nestes casos, são ações, programas e políticas de governo isoladas e descontínuas, como é evidenciado na sequência para contextualizar o processo brasileiro. Além disso, no processo de internacionalização de um país as Instituições de Ensino Superior - IES são atores importantes. São elas que, de um lado são impactadas pela criação de uma política pública e de outro, interferem no atingimento, ou não, dos propósitos de uma política uma vez que é no espaço acadêmico que grande parte das ações de internacionalização são desenvolvidas. Por isso, aqui focaremos no Estado - este, avaliado a partir da atuação de diferentes organismos governamentais - e nas IES como atores centrais para análise do processo no Brasil.

O objetivo desse artigo é desenvolver uma abordagem crítica da internacionalização brasileira tendo como pressuposto basilar a inexistência de uma política pública nacional de internacionalização. Tal ausência põe em xeque os postulados da literatura sobre a compreensão da internacionalização como um processo (KNIGHT, 1993), de caráter abrangente (HUDZIK, 2011) e que promova benefícios à sociedade (DE WIT et al, 2015). Para tanto, é intenção deste trabalho discutir se ocorrem prejuízos ou ganhos para a gestão da internacionalização aqui em referência à equipe diretiva e responsável pelo escritório internacional ou equivalente nas IES brasileiras, e nos seus respectivos resultados ao país pela ausência de uma política nacional. O ponto de partida é a compreensão de que a Educação Superior Brasileira é responsabilidade do governo federal e, portanto, as IES brasileiras atuam - ou deveriam atuar - em conformidade com as determinações governamentais, ainda que gozem de autonomia universitária.

Dentre as hipóteses colocadas neste trabalho estão: 1) a inexistência de uma política pública nacional – brasileira - que oriente claramente os interesses nacionais com a internacionalização, criam o fenômeno que chamamos de “falsa autonomia” na gestão universitária para internacionalização das IES, visto que estas tendem a pautar-se em interesses institucionais em caráter micro e sem articulação abrangente com interesses educacionais estratégicos do país, além de muitas vezes estarem desarticuladas do tripé ensino, pesquisa e extensão; 2) a criação de ações, programas e políticas governamentais de internacionalização desenvolvidas pelos principais atores do Estado, quando construídas de forma desarticulada tanto entre estes atores quanto com as IES, tende a prejudicar a gestão do processo e dificultar a criação de resultados positivos ao país.

Metodologicamente, o estudo se desenvolve a partir de um caráter qualitativo tendo como base o uso da revisão da literatura sobre o tema da internacionalização. O levantamento de dados é feito por meio de pesquisa documental e busca de informações nas páginas eletrônicas dos atores-foco do trabalho. Inicialmente nos valeremos de informações que têm orientado a educação superior brasileira na perspectiva da atuação do Estado por meio da apresentação de atores governamentais e programas num recorte temporal da última década. Optou-se, pela análise dos seguintes órgãos de governo: Ministério da Educação (MEC); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A escolha, ainda que pareça arbitrária, considera tanto o critério destes possuírem tanto relação com o tema da internacionalização, quanto ao ensino, a pesquisa e a extensão, pilares da educação superior brasileira. Da mesma forma, foram consultados documentos governamentais que orientam o processo de internacionalização junto às IES brasileiras como SINAES, Avaliação CAPES e documentos de iniciativas que permitem a colaboração internacional como Ciências sem Fronteiras, CAPES-Print, Programa de Apoio ao Processo de Internacionalização de Instituições de Ensino e de Pesquisa Brasileiras (PAPRI) e Cooperações.

Estruturalmente, o trabalho é dividido em quatro partes que buscam desenvolver e pôr à prova as hipóteses. Na primeira parte é feita a revisão da literatura do tema e apresentação conceitual sobre Internacionalização e Política Pública. Em seguida é feita a contextualização do cenário atual da internacionalização da educação superior brasileira a partir da apresentação de como os órgãos governamentais pautam a internacionalização, bem como, atuam por meio dos programas selecionados. Na terceira parte desse trabalho se destaca o papel do Estado, das Instituições de Ensino Superior e das Associações no planejamento da internacionalização da educação superior no Brasil. A quarta e última parte do estudo se dedica à identificação de benefícios e prejuízos na gestão universitária desse processo

a partir do atual contexto nacional como parte da análise dos desafios a partir da ausência de uma política pública nacional para internacionalização. Por fim, são apresentadas as conclusões e recomendações para novos estudos.

PARTE I- ALGUMAS DEFINIÇÕES CONCEITUAIS APORTADAS PARA ESSE ESTUDO

Antes de avançarmos com elementos da análise, entendemos ser fundamental a definição dos conceitos norteadores deste trabalho, nomeadamente: internacionalização da educação superior e política pública.

O conceito de internacionalização da educação superior decorre da evolução da terminologia da educação internacional que tem recebido diversas interpretações ao longo dos últimos 50 anos. Esteve vinculado ao movimento de paz e relação de entendimento entre as pessoas com destaque no período entre 1960 e 1980 pelas políticas de ajuda internacional e de cooperação (GACEL-ÁVILA, 2003). Moldada pela economia mundial integrada pelas novas tecnologias de comunicação e informação e pelo surgimento de uma rede internacional do conhecimento, a internacionalização mudou (ALTBACH, REISBERG, RUMBLEY 2009) e hoje é vista sob dois paradigmas: o comercial e o cooperativo (GACEL-ÁVILA, 2003), e cada país tem escolhido qual seguir.

Nos últimos 30 anos a internacionalização emergiu como fenômeno dinâmico decorrente da combinação de razões políticas, econômicas e socioculturais (DE WIT, 2019) e tem motivado países e IES a criarem suas estratégias e políticas. É certo que o elemento chave do termo internacionalização é a noção existente entre nações e identidades culturais e por isso a internacionalização do ensino superior é vista como uma forma de um país responder ao impacto da globalização (GACEL- ÁVILA, 2003).

Está consolidado na literatura a definição de Jane Knight sobre a internacionalização como um processo e que expressa um esforço contínuo de transformação (MIURA, 2006). Também é sólido o pressuposto de Van der Wende (2001) de que a internacionalização não se caracteriza como um fim em si, mas, um meio para um determinado objetivo. Ambas as definições são importantes aqui para avaliar como o Estado e as instituições brasileiras têm lidado com o tema.

Corroborando a estas interpretações sólidas, cabe destacar que há outros conceitos que agregam temas, interpretações, realidades distintas, entre outros aspectos. Dentre estas podemos citar: Marginson e Rhoades (2002), definem a internacionalização como a globalização do ensino superior; Bartell (2003), entende a internacionalização como um processo avançado de trocas internacionais - leia-se mobilidade de estudantes- decorrentes da realidade global; Sebastián (2004, p. 16) compreende como “um processo de introdução da dimensão internacional na cultura e estratégia institucional, em suas funções de formação, pesquisa e extensão e também na projeção de sua oferta e capacidade instalada”; Lima e Contel (2011), se dedicam a explicar o caráter ativo ou passivo da internacionalização em diferentes países, e concluem que o Brasil tem atuado de forma passiva; já Stallivieri e Vianna (2020), criam a abordagem da internacionalização como processo responsivo e disruptivo.

Dois conceitos de internacionalização norteiam o presente trabalho. O primeiro deles de De Wit et al. (2015) aponta à intencionalidade do seu desenvolvimento e considera a contribuição à sociedade como o principal resultado a ser esperado e nos permite analisar a atuação do Estado:

... internationalization as the intentional process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions and delivery of post-secondary education, in order to enhance the quality of education and research for all students and staff, and to make a meaningful contribution to society (DE WIT et al. 2015, p.29).

Já o segundo, de John Hudzik (2011), define o processo a partir da compreensão da “internacionalização abrangente” que tem como principal característica o compromisso das instituições de ensino:

Comprehensive internationalization is a commitment, confirmed through action, to infuse international and comparative perspectives throughout the teaching, research, and service missions of higher education. It shapes institutional ethos and values and touches the entire

higher education enterprise. It is essential that it be embraced by institutional leadership, governance, faculty, students, and all academic service and support units. It is an institutional imperative, not just a desirable possibility (HUDZIK, 2011, p. 6).

Ambos os conceitos assumem centralidade no debate desse trabalho e são complementares na abordagem crítica sobre o contexto brasileiro concernente à inexistência de uma política pública nacional e seus efeitos na gestão universitária. Mais precisamente, o primeiro permite entender que a internacionalização sempre foi e é um processo intencional. Por mais que tenha variações de um país a outro no formato, nas características, nas razões, no seu conjunto de atores envolvidos e nos resultados esperados e alcançados, ainda assim, a dinâmica desse fenômeno que vive um crescimento em espiral, fez e faz dele um processo desejado e, portanto, com caráter político e diretamente relacionado ao entendimento de que o Estado é um ator importante na construção das intenções nacionais a partir desse processo. Um segundo aspecto importante desse conceito é a finalidade do processo de contribuir com a sociedade. Por isso, entender características e necessidades da sociedade são importantes para a internacionalização e criação de uma política nacional.

Já no que concerne à compreensão da internacionalização abrangente, este conceito permite dialogar sobretudo na análise da atuação das IES brasileiras e seu processo de gestão frente à ausência de uma política pública nacional. De acordo com o autor criador desse conceito, a internacionalização abrangente deve impactar atores externos ao campus universitário, seja nas parcerias, nas relações externas. Além disso, neste conceito, com as aceleradas mudanças globais de ordem econômica, tecnológica, científica e dos meios de comunicação, urge a necessidade de haver o compromisso das IES de atuarem de forma comprometida a partir de propósitos e motivações voltados a esse processo.

Dito de outra forma e aproximando à discussão deste trabalho, temos a possibilidade de dialogar com o conceito de de Wit para elucidar o que o Estado quer e tem feito – ou deixado de fazer – para a sociedade brasileira a partir da internacionalização enquanto que o conceito de Hudzik permite focar no que as IES brasileiras querem e fazem com a internacionalização. Por fim, ainda que esses conceitos possam ser considerados demasiado normativos pelo caráter de dever ser, ainda assim, são os que melhor permitem a análise crítica da inexistência de uma política pública nacional brasileira.

Apesar do termo “política pública” ser comumente utilizado na literatura sobre internacionalização para tratar de ações, estratégias e programas que organismos ligados ao governo desenvolvem, entende-se primordial um aprofundamento da compreensão conceitual desse termo. “As diferentes formas de conceituar o que é política pública vão desde a visão de que se trata do estudo do governo à luz de questões públicas à forma de solucionar problemas sociais” (CORRÊA, 2012, p. 55).

É junto aos estudos da Ciência Política, Economia e Sociologia que a política pública tem sido historicamente mais estudada. Apesar de haver diferentes conceitos, será pertinente aqui a abordagem de Corrêa (2012) sobre a concepção de política pública como o “Estado em ação”. Esse conceito entende a política pública como a ação do Estado na produção de mudanças na vida real. Nessa concepção, a construção da política pública é responsabilidade do Estado por meio de órgãos públicos e diferentes organismos, enquanto que a implementação fica à cargo de agentes da sociedade.

Aproximando esse conceito ao tema da internacionalização, teríamos na criação de uma política pública nacional de internacionalização, diferentes órgãos de governo atuando de maneira a convergir interesses e resultados, com o apoio de organismos representativos do tema no Brasil como por exemplo a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), ou representações do segmento da educação superior no país. Já na implementação estariam as IES, toda a comunidade acadêmica e científica nacional, bem como a sociedade em geral atuando para a efetividade e cumprimento dos objetivos dessa política em prol da melhoria nacional. Dito isso, fica evidente que pode ser um equívoco chamar todo programa ou ação de um órgão público de política pública.

Uma política pública representa onde um país, por meio de seu governo e demais atores do Estado, está investindo recursos e esforços. Portanto, pensar em política pública nacional é compreender o papel dos governos e também a atuação dos diversos atores do Estado de maneira estratégica para a nação. Além disso, a política pública precisa “entender” a sua sociedade, o que precisa, como se comporta, quais são as demandas, e junto, alinhar o caráter estratégico de promoção de melhorias para o

desenvolvimento do país como um projeto nacional. Nesse sentido, a internacionalização pode ser, ou não, parte dessa estratégia do Estado.

Cabe também destacar que os termos “Estado” e “governo” não são sinônimos. “Estado” é compreendido como o conjunto macro da sociedade política de um país que congrega diferentes instituições e organizações, entre elas um governo e seus organismos como os que são avaliados aqui. Já “governo” representa um grupo político composto por pessoas, que no caso do Brasil, são eleitas para administrar o país por um período determinado. Por isso, quando falamos de “política nacional ou de Estado”, nos referimos a uma política ampla que congrega diferentes instâncias de governo e que pode ter uma duração de longo prazo que ultrapassa a gestão de governo A ou B. Já uma “política de governo”, é uma política criada por um determinado governo e que é facilmente encerrada quando da troca de governante e, com isso, costuma ter menor duração.

Nos dois casos, está sendo tratado sobre políticas públicas. O que difere entre essas concepções é que uma política de Estado, é, ou deveria ser pautada genuinamente na promoção de melhorias à sociedade enquanto que a política de governo pode ser pautada nos interesses do grupo político governante com fins eleitoreiros. No entanto, não cabe aqui aprofundarmos essa problemática, mas, sim, reforçar a compreensão de que uma política pública tem como essência contribuir com a sociedade, tal qual preconiza o conceito de internacionalização de De Wit et al. (2015) aqui utilizado. Entende-se ser falho tratar de política pública da internacionalização da educação superior abordando apenas o Estado e seus atores ou as IES, ou ainda apenas um dos tripés da educação superior brasileira. Assim, o uso do termo política pública nacional, é intencional e busca congrega a concepção de “política de Estado”, ao conceito de internacionalização de De Wit.

Ainda que a política pública tenha uma conotação positiva, cabe lembrar que estas podem ser construídas de maneira vertical e descoladas da realidade dos demais atores ou da sociedade como um todo. Quando isso ocorre é comumente a existência de desvios ou o não atingimento dos resultados esperados causando o que Corrêa (2012) denomina “palidez de sentido de uma política”. Assim, ter uma política pública nacional voltada à internacionalização, per se, não garante efeitos positivos ao país. Knutson (2019), identifica a problemática sobre a política nacional de internacionalização demasiadamente focada no interesse econômico, como tem sido o caso do Canadá, que tem ocasionado desafios às instituições de ensino superior canadenses, sobretudo aos gestores da internacionalização em buscar equilibrar as ações com foco econômico ao papel da educação superior com enfoque humanístico. Por outro lado, quando um país não define sua política pública nacional de internacionalização, como é o caso do Estado brasileiro, surgem outros desafios como a falta de direcionamento nacional e a criação de impactos - negativos e positivos - nos atores do processo como é o caso das IES brasileiras.

PARTE II- O CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO BRASILEIRA E OS ATORES GOVERNAMENTAIS

A internacionalização brasileira possui características que decorrem da formação histórica do país (MUELLER, 2013) e estão alicerçadas em iniciativas de incentivo à mobilidade acadêmica internacional, na promoção de uma política linguística, bem como na atuação das instituições universitárias (LEAL, 2022). Apesar da Educação Superior Brasileira ter uma estrutura centralizada no Estado, pressupondo que uma política nacional de internacionalização pudesse ser facilmente construída, é um sistema complexo, dada a diversidade da natureza das instituições de ensino, o quantitativo de estabelecimentos e as variações culturais da população acadêmica de cada região do território. Aqui buscamos avançar no entendimento de como os principais atores governamentais têm tratado da internacionalização nas suas estruturas oficiais e ainda, quais têm sido as principais ações e programas implementados.

Antes do aprofundamento sobre os atores governamentais, cabe considerar como a internacionalização tem sido abordada em instrumentos macro-regulatórios que, na ausência de uma política nacional, servem de guia para a educação superior brasileira. São eles, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)- Lei nº 9.394/1996-, o Plano Nacional de Educação (PNE) do MEC que

determina diretrizes, metas e estratégicas para a política nacional da educação, e o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) o qual integra o PNE e dá diretrizes da pós-graduação às instituições de ensino superior brasileiras sob elaboração da CAPES.

A LDB, por exemplo, em seu capítulo IV apresenta como função da educação superior brasileira, entre outros: “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com essa uma relação de reciprocidade”. Vê-se aqui, dois aspectos importantes e claramente alinhados com os postulados conceituais da internacionalização. O primeiro deles diz respeito à importância do conhecimento de problemas atuais e do mundo e o segundo se refere à relação da educação com a sociedade.

Já o PNE - período 2014-2024, tem estratégias relacionadas à internacionalização pautadas no atingimento das metas 12 e 14 que buscam o aumento de matrículas na educação superior e formação de doutores. São elas: consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional (estratégia 12.12); consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa (estratégia 14.9); e promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão (estratégia 14.10). É importante destacar aqui o fato de que a internacionalização é entendida como meio para a ampliação da qualidade acadêmica e científica nacional, corroborando com os postulados de Van der Wende (2001). Além disso, fica evidente que o foco é na promoção da mobilidade de alunos e professores, bem como, no intercâmbio científico.

No PNPG - período 2011-2020¹-, é feito, entre outros, o diagnóstico sobre a pós-graduação brasileira com destaque ao impacto das publicações de caráter internacional, aos programas de cooperação com diferentes países e à reconhecida atuação internacional de pesquisadores brasileiros. A partir disso, o documento sugere: o envio de mais estudantes ao exterior para fazerem doutorado, em vista da dinamização do sistema e da captação do conhecimento novo; o estímulo à atração de mais alunos e pesquisadores visitantes estrangeiros; e o aumento do número de publicações com instituições estrangeiras. Fica explícito que este documento reforça o PNE uma vez que indica a mobilidade de estudantes e pesquisadores, bem como, as publicações por meio do intercâmbio científico internacional como estratégias para a internacionalização da Pós-Graduação brasileira. O que é curioso, é o fato de o documento fazer referência aos termos internacionalização e cooperação internacional de forma separada, abrindo, portanto, margem a interpretações sobre qual seria o entendimento do governo sobre cada um deles.

Apesar de abordarem a internacionalização em alguma medida, ainda assim, entendemos que estes instrumentos regulatórios não constituem uma política nacional para internacionalização da educação superior brasileira. Entender se os principais atores governamentais atuam pautados nestes instrumentos- ou noutros- para posterior análise dos seus impactos na gestão das IES brasileiras é o que passamos agora a apresentar.

No Brasil, historicamente o MEC é um dos principais atores na definição de ações e programas para a internacionalização da educação superior, com uma presença mais modesta do Itamaraty (BISCHOFF; MIRANDA, 2018).

A Secretaria de Educação Superior (SESU) tem por atribuição planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior. Cabe-lhe propor e executar programas voltados para a ampliação do acesso e da permanência de estudantes na etapa da formação superior. A SESU possui uma Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior e dentro dela uma Coordenação-Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior. A SESU tem por atribuição planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior. Também incentiva e apoia a capacitação das instituições de educação superior para desenvolverem programas de cooperação internacional, a fim de proporcionar o aumento do intercâmbio de pessoas e

¹ Até a data de finalização da redação deste trabalho não estava disponível documento sobre o novo PNPG para o período a partir de 2021.

de conhecimento e de dar maior visibilidade internacional à educação superior do Brasil (SESU, 2023). São da responsabilidade da SESU os seguintes programas:

Quadro 1 – Programas disponibilizados pela SESU

Programa Idioma sem Fronteiras (ISF)	Instituído pela Portaria nº 30, de 26 de janeiro de 2016, o Programa Idiomas sem Fronteiras (ISF) é uma política voltada à internacionalização da educação superior, de competência da Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito da Coordenação Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior (CGAI/DIFES/SESU/MEC). Tem como principal objetivo promover ações em prol de uma política linguística para a internacionalização do ensino superior brasileiro, valorizando a formação especializada de professores de línguas estrangeiras. O programa encontra-se em fase de revisão e aperfeiçoamento das ações empreendidas em parceria com as Instituições de Ensino Superior e parceiros internacionais. (BRASIL/SESU, 2016).
Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)	Instituído pelo Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013, o Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), de competência da Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito da Coordenação Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior (CGAI/DIFES/SESU/MEC), em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais.
Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para as Carreiras Acreditadas pelo Sistema ARCU-SUL (MARCA)	Este programa está sob coordenação da Coordenação-Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior.
Plataforma Carolina Bori	Voltada ao processo de revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros. A plataforma é um sistema informatizado criado pelo Ministério da Educação (SESU e CAPES), para gestão e controle de processos de Revalidação e Reconhecimento de diplomas estrangeiros no Brasil.

Fonte: Elaboração própria.

O atual processo de revalidação defronta-se com inúmeras situações em que as práticas não permitem um tratamento adequado segundo registros de alguns processos de revalidação, a instituição revalidadora/ reconhecadora, valendo-se da autonomia universitária, na maioria dos casos, encerrava o processo negando a revalidação ou incluindo o processo em trâmite de longa duração (BRASIL, 2016). O próprio site oficial da plataforma, expõe que o crescente número de solicitações de revalidação de diplomas associado aos longos prazos de processos criaram pressão da sociedade junto ao Congresso Nacional e citam: “devemos considerar que uma legislação faz-se necessária sobremodo porque impacta diretamente a internacionalização do Ensino Superior, presente em duas das 20 (vinte) metas do Plano Nacional de Educação (PNE), mais precisamente na Meta 12 (estratégia 12.12), que incentiva programas de mobilidade estudantil em âmbito nacional e internacional; Meta 14 (estratégias 14.9, 14.10 e 14.13), que estimula o intercâmbio internacional na pesquisa”. Destaca-se, também, a criação da nova Resolução No 3 do CNE de 2016 com a intenção de suprir com lacunas e constituir um avanço na consolidação da Política de Internacionalização do Ensino Superior do país (BRASIL, 2016).

Isso evidencia que ocorre a desarticulação da atuação dos atores governamentais, pois enquanto a CAPES atua promovendo, por exemplo, Acordos de Doutorado Pleno no exterior, de outro lado, brasileiros com diplomas expedidos no exterior ainda encontram dificuldades de validação de seu

título no retorno ao Brasil. Entende-se com isso, que as políticas e processos dos atores governamentais estão desalinhados e não fomentam o real benefício à sociedade brasileira.

Importante também destacar o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações que também atua no incentivo à realização da pesquisa, também de caráter internacional. Em 2016 estabeleceu a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para os anos de 2016 a 2022 e redefiniu os temas estratégicos para a promoção da pesquisa no Brasil. Dentre os quais: Aeroespacial e Defesa, Água, Alimentos, Biomas e Bioeconomia, Ciências e Tecnologias Sociais, Clima, Economia e Sociedade Digital, Energia, Minerais Estratégicos, Nuclear, Saúde, Tecnologias Convergentes e Habilitadoras (BRASIL, 2016).

A CAPES é uma Fundação do Ministério da Educação e tem como missão a expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* - mestrado e doutorado- no Brasil. A CAPES tem trabalhado por uma internacionalização verdadeiramente acadêmica do sistema universitário brasileiro e é respeitada no âmbito internacional como uma agência eficiente nesse processo. Um dos principais motivos da CAPES, desde sua criação em 1951, foi justamente ultrapassar as lacunas do sistema educativo, vis-à-vis às grandes potências, através da cooperação científica internacional (CANEDO; GARCIA, 2004-2005). Entre as atividades da CAPES que possuem interface com a internacionalização estão: acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de pessoal de alto nível, no país e no exterior; e, promoção da cooperação científica internacional.

O sistema de avaliação utilizado pela CAPES serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área da pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios). Vinculado diretamente ao tema de apoio à internacionalização, a CAPES criou em 2007, a Diretoria de Relações Internacionais.

No ano de 2018, decorrente da portaria n. 220 de 2017, a CAPES lançou o Programa CAPES-PRINT que visava fomentar o desenvolvimento de planos estratégicos de internacionalização nas universidades brasileiras como meio de melhorar a qualidade dos cursos de pós-graduação nacionais e conferir maior visibilidade internacional à pesquisa científica realizada pelo Brasil. Apesar de Mauro Rabelo, na época diretor de Relações Internacionais da CAPES dizer que: “mais do que um balanço, vamos discutir os desafios” enfrentados pelas instituições ao longo do ano. Ele explicou que o Programa CAPES-PRINT era a estratégia de internacionalização que mais se alinhava com o conceito discutido na CAPES, com o compromisso internacional articulado que vai além da mobilidade (BRASIL- CAPES, 2018).

O Conselho Nacional de Pesquisa -CNPq, desde a sua criação em 1951, também tem tradicional atuação na cooperação internacional que é coordenada pela Assessoria de Cooperação Internacional. Respalhada pelo seu plano de ação, o CNPq tem na ciência, tecnologia e inovação o foco no incentivo ao desenvolvimento nacional por meio da cooperação internacional, assim como dinamizar a gestão dos instrumentos de cooperação, diversificar e expandir as parcerias além de dinamizar a gestão dos instrumentos de cooperação. Da mesma forma, atua na busca pela diversificação e expansão das parcerias estratégicas com países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Em julho de 2022 é publicada a Portaria 127 de 2022, por meio da então presidência da CAPES, instituindo o Programa de Apoio ao Processo de Internacionalização de Instituições de Ensino e de Pesquisa Brasileiras. Não está claro se o PAPRI substitui o Programa CAPES-Print, mas, a portaria indica que segue os mesmos objetivos.

O PAPRI foi designado como um programa de expansão e apoio ao processo de internacionalização novamente com foco no pós-graduação *stricto sensu* e salienta que visa a assertividade no cenário internacional das instituições de ensino e de pesquisas brasileiras. Dentre os objetivos do programa estavam: 1) fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização nas áreas do conhecimento por elas priorizadas; 2) estimular a incorporação de padrões internacionais de excelência em ensino, pesquisa e extensão e sua integração com as rotinas básicas da IES, visando sua assertividade institucional no cenário global; 3) estimular a

formação de redes de pesquisa internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação; 4) promover a mobilidade de docentes e discentes com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* com cooperação internacional; 5) promover a inserção das instituições participantes em um ambiente internacional (BRASIL-CAPES, 2022).

O PAPRI é composto por dois subprogramas: 1) o Programa para Desenvolvimento e Incorporação de Processo de Internacionalização – PIDP; 2) o Programa Permanente de Internacionalização. O PIDP visa justamente apoiar o primeiro nível de amadurecimento no processo de internacionalização institucional que geralmente se dá no âmbito da graduação a partir da mobilidade acadêmica internacional e as ações internacionais de ensino. Assim, parte das métricas apontadas neste documento foi gerada a partir de um órgão que dá referência à pós-graduação brasileira e não à graduação, o que torna o documento confuso não só para os gestores da internacionalização como para os próprios gestores das IES. As métricas referidas pelo PIDP como plano de desenvolvimento institucional – PDI, temas estratégicos institucionais, plano estratégico de internacionalização, processos básicos de apoio à internacionalização dizem respeito às questões mais amplas das IES que deveriam envolver a graduação e a pós-graduação de forma conjunta em um documento como por exemplo o SINAES a partir do instrumento de avaliação externa das IES.

Observamos que tanto o CAPES-Print quanto o novo PAPRI são documentos de incentivo à internacionalização apenas direcionado a uma parte do sistema de ensino superior brasileiro, no caso, a pós-graduação. Nunca houve a preocupação dos sucessivos governos em instituir um documento mais abrangente com o caráter de política de estado e não de governo, tampouco de caráter estratégico junto às universidades brasileiras, aportando ali o significado e a importância para o sistema de educação nacional e à internacionalização das IES. Apesar da oferta do programa Idiomas sem Fronteiras para o incentivo da aprendizagem de idiomas estrangeiros, sobretudo para o público das universidades públicas, pode-se dizer que não há nenhum esforço do governo com as ações que incentivem as universidades a ofertar disciplinas em outro idioma como o inglês, diga-se isso, pois as universidades comunitárias e privadas não têm como disponibilizar esse tipo de disciplina com alunos abaixo do ponto de equilíbrio financeiro para as instituições.

Partimos da compreensão da internacionalização como ela tem sido na prática, ou seja, um processo intencional com caráter político conduzido por instituições e governos na busca por benefícios específicos, baseado tanto na promoção na mobilidade e nas relações entre indivíduos de diferentes países e culturas, quanto na incorporação de elementos internacionais ou interculturais dentro das atividades-fim da educação superior. A compreensão sobre o papel propriamente do Estado, das IES e das Associações no planejamento da internacionalização atualmente no país é importante e será o foco de análise na próxima seção deste estudo.

No país as diretrizes para o processo de internacionalização das IES não provêm de uma política pública clara de Estado, a partir de discussões que deveriam envolver o Ministério da Educação, o Ministério de Relações Exteriores e o Ministério de Ciência e Tecnologia a partir dos interesses estratégicos nacionais permanentes (MIRANDA, STALLIVIERI, 2017). Interesses esses, entendidos aqui como aqueles de longo prazo e característicos de políticas de Estado relacionados às necessidades da sociedade e importantes para o progresso do país e a conquista do bem-estar, segurança e defesa de todos os cidadãos, preservando-os para usufruto de gerações futuras.

O Brasil possui um enfoque dado à internacionalização da educação superior na pós-graduação, compreensível em termos estratégicos, pois a pesquisa traz resultados positivos ao desenvolvimento nacional. Mas, a internacionalização não abarca todo o sistema de ensino superior brasileiro. Ainda que o país tenha dado um passo importante nessa direção quando envolveu a graduação no tema da internacionalização a partir do Programa Ciências sem Fronteiras com oferta de bolsas de estudo no exterior para 101 mil estudantes brasileiros, grande parte destes em nível de graduação (CASON; POWER, 2009), e recentemente a partir de algumas métricas exigidas pelo Ministério da Educação às IES, a partir do Instrumento de Avaliação Institucional Externa no âmbito do SINAES (BRASIL-SINAES, 2017), ainda assim é insipiente ao que precisa ser desenvolvido.

Importante apontar que as métricas hoje exigidas para internacionalização das IES no instrumento de avaliação do SINAES e no âmbito das portarias emitidas pela CAPES não avaliam de forma mais abrangente as ações de internacionalização nas instituições sob o tripé ensino, pesquisa e extensão. As métricas exigidas atualmente são vagas. No caso do instrumento de avaliação usado pelo SINAES o mesmo instituiu critérios para mensuração da internacionalização como: convênios de cooperação internacional existentes; adesão a editais de mobilidade acadêmica; alunos estrangeiros na IES; oferta de língua estrangeira; oferta de disciplina em língua estrangeira (BRASIL-SINAES, 2017).

As métricas estabelecidas no documento do SINAES não mensuram de forma mais cuidadosa a abrangência que a internacionalização deveria ter para as IES. Se observa a maior ausência de métricas claras na perspectiva ensino e extensão e não há, por exemplo, nenhum tipo de métrica que possibilite identificar se as IES estão adotando a internacionalização do currículo a partir das competências multiculturais fixadas em ações pontuais como aulas espelho, práticas de colaboração internacional online como na modalidade COIL - *Collaborative Online International Learning*- que poderiam ser incentivadas a se prever inclusive no currículo dos cursos. Diante dessa falta de clareza muitas IES acabam utilizando métricas estabelecidas pelos rankings internacionais sem que haja, muitas vezes, clareza do que significa ou sequer avaliam os resultados destas ações.

Da mesma forma, é preciso pontuar que a avaliação de cursos tem, na subjetividade do avaliador enviado pelo MEC o interesse ou desinteresse em aprofundar o item da internacionalização. Além disso, as perguntas do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes - ENADE evidenciam que não há um direcionamento estratégico do tema na avaliação junto aos alunos.

Por meio das métricas estabelecidas pelo SINAES e pela CAPES não se consegue detectar se os estudantes das IES estão sendo atendidos de uma forma inclusiva e abrangente no âmbito dessas ações de internacionalização. No que diz respeito à extensão universitária não há nenhum tipo de métrica específica fixada. Como bem lembram Rafael Mattiello e Naiani Toledo a extensão tem como atribuição conectar a universidade com a comunidade na qual está inserida, por meio de projetos que a beneficiem, mas além de unir a universidade com a sua comunidade, ela é capaz de expandir horizontes e aliada a internacionalização ela interliga a universidade com a sociedade mundial como um todo (MATTIELLO, TOLEDO, 2020).

O documento de Avaliação Externa do SINAES contém métricas que estão bastante distantes da realidade das IES brasileiras. São os exemplos das métricas: alunos estrangeiros na IES; oferta de língua estrangeira; oferta de disciplina em língua estrangeira. No Brasil ainda enviamos mais alunos para o exterior do que recebemos. São pouquíssimas IES que ofertam disciplinas em língua estrangeira nos currículos da graduação ou mesmo na pós-graduação e a oferta de língua estrangeira nas IES não é uma prática comum (FAUBAI 2018).

PARTE III- O PAPEL DO ESTADO, DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E DAS ASSOCIAÇÕES NO PLANEJAMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O Estado e as IES são atores centrais para a internacionalização da educação superior no mundo, mas não os únicos. Aqui vamos abordar, *en passant*, a importância destes e das associações dada a importância para compreender o contexto brasileiro.

A educação é um instrumento político do qual o Estado faz uso para o desenvolvimento do país, independente desse país estar no Sul ou no Norte Global. Na atual sociedade do conhecimento, este é um instrumento de poder que permite mudanças na arena nacional e internacional e deveria ser a base para contribuir para mudanças sociais, diminuição das desigualdades e melhoria da vida da população. No que se refere à internacionalização da educação superior brasileira, cada governo tem lidado de modo diferente conforme programas previamente apresentados.

Medir o impacto de uma política de internacionalização da educação superior na sociedade é difícil. A pertinência em entender no que a internacionalização analisada a partir da dimensão nacional traz é essencial observando as orientações da UNESCO que reforça a importância social da educação e

à necessidade de entender que cada país pode ter uma política única e que modelos de outros países facilmente não possuem aplicabilidade em outra nação.

A crítica que Leal (2022) faz ao modelo histórico da internacionalização brasileira de estar alinhada ao eixo global Norte e aos países hegemônicos como sendo o modelo ideal é legítima e replica as relações coloniais da história brasileira. Adicionamos a essa crítica o modelo histórico da falta de visão do que o país quer com o processo de internacionalização, qual o papel das universidades no processo e isso tem afetado a gestão universitária. Por isso é importante que os atores governamentais e as IES dialoguem e unam esforços nas ações em prol do país.

Cabe assim, destacar os esforços que as universidades brasileiras têm feito na promoção da cooperação acadêmica internacional, em sua grande maioria bilateral com instituições de ensino estrangeiras, permitindo interações de pesquisadores e promoção da mobilidade. Como resultado dessas ações estão impactos locais que, muitas vezes, se restringem à experiência de ainda poucos alunos e professores e por conseguinte, são frágeis em termos estratégicos para o país.

Como parte dos movimentos históricos das IES brasileiras para o processo de internacionalização, muitas vezes decorrente de iniciativas da gestão das instituições (MIRANDA, BENTES, 2017) está a atuação articulada com associações nacionais ou estrangeiras que estimulam a internacionalização. Essa atuação muitas vezes buscava o fortalecimento e apoio mútuo para o desenvolvimento de algo ainda desarticulado no país ou ainda, a aprendizagem com que estava mais “avançado” no processo.

Algumas dessas associações como a Associação Nacional de Educação Internacional-FAUBAI, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras- CRUB, a Organização Universitária Interamericana- OUI, a Organização das Universidades Católicas da América Latina- ODUCAL, dentre outras associações específicas internacionais, nacionais e regionais fazem um importante trabalho de conscientização, incentivo e articulação à promoção da internacionalização na educação superior. Na ausência de uma política nacional abrangente, com atores governamentais atuando de forma articulada, fica evidente a atuação das associações como FAUBAI, OUI, ODUCAL dentre outras que ajudam as IES na implementação do processo. São exemplos desse apoio iniciativas como: 1: Aulas espelho - aulas organizadas em conjunto por dois professores de universidades de diferentes países de um mesmo programa de graduação ou pós-graduação que propõem dar uma aula presencial ou online em conjunto – propiciando, assim, a interação de professores de diferentes países e culturas a partir de uma tema definido conjuntamente e que serão analisados sob suas diferentes óticas; e 2) Práticas pedagógicas com a aplicação de métodos considerados disruptivos como o COIL (Método Colaborativo de Aprendizado Online) usado para descrever trocas internacionais virtuais entre duas IES localizadas em países diferentes.

Estas ações são apoiadas no âmbito da Extensão universitária, pelo Fórum das Pró-Reitorias de Extensão das IES. Destaca-se aqui que a internacionalização nas ações de intercâmbio e de cooperação entre equipes de extensão de diferentes instituições universitárias que, envolvendo a participação de servidores universitários (docentes e/ou técnicos) e estudantes, desenvolvem, conjuntamente, atividades pedagógicas e/ ou de construção compartilhada do conhecimento, em interação com suas respectivas comunidades locais, buscando soluções para os problemas econômicos e sociais, desenvolvendo o exercício da cidadania e potencializando a formação universitária (FORPROEX, 2012).

Infelizmente poucas ações apoiadas por essas associações são convergentes e reconhecidas de maneira clara pelos órgãos governamentais que lidam com o tema. Dito de outra forma, o governo não tem dado real sentido estratégico ao movimento de internacionalização das IES brasileiras nem dos esforços dessas associações para o crescimento, desenvolvimento e inserção internacional do Brasil. Diante disso, reforçamos que as IES têm tido um papel protagônico no âmbito da condução da internacionalização da educação superior no Brasil. Aliam-se a isso, os esforços dos gestores dos escritórios internacionais na condução desse processo, pois atualmente são os que na prática tentam

institucionalizar os processos nas IES e são muitas vezes vistos como burocratas e sem relevância estratégica.

De acordo com David di Maria, ao longo dos últimos anos, muito esforço foi feito para definir as posições dos mais altos líderes internacionais de educação. Embora os cargos e funções variem muito entre instituições e países, há algo que todos esses líderes têm em comum: uma autoridade legítima decorrente de suas posições, experiências e conhecimentos para moldar um ou todos os aspectos da estratégia de internacionalização (DI MARIA, 2019). Muitas das estratégias estipuladas por esses gestores e por consequência das IES são frágeis, pois suas ações seguem parâmetros próprios não fixados em diretrizes claras a partir de um documento ou posicionamento estratégico nacional do que se quer com a internacionalização das IES em um país com as características do Brasil. Como resultado, temos um acumulado no país, de esforços individuais que se restringem ao espectro de cada universidade.

Dito isso, a gestão da internacionalização nas IES idealmente necessitaria estar articulada com as políticas educacionais de Estado no sentido de se atingir não só os interesses específicos de gestão de cada instituição, mas sobretudo, os objetivos sistêmicos da política nacional. Esse parece ser um caminho simples e fácil quando há uma política nacional de Estado e quando o sistema de ensino possui uma maior uniformidade. Esse não é o caso do Brasil.

PARTE IIIV- OS BENEFÍCIOS E PREJUÍZOS PARA A GESTÃO UNIVERSITÁRIA DIANTE DA AUSÊNCIA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Diante da ausência de uma política pública de Estado para a internacionalização, atualmente a gestão da internacionalização nas IES brasileiras têm como cenário e campo de atuação as seguintes principais características: 1) A mobilidade acadêmica tem como foco o envio de estudantes de graduação e pós-graduação para o exterior não havendo uma política de retenção de talentos após o retorno desses alunos ao Brasil; 2) As IES têm dificuldade de apresentar suas potencialidades no exterior e por conseguinte atrair alunos, professores e pesquisadores estrangeiros; 3) Prevalecem ações elitista e dirigidas a estudantes brasileiros com interesse por universidades de classe mundial do norte; 4) Há baixo estímulo ao aprendizado de idiomas estrangeiros e limitações de cooperação devido ao monolinguismo no país; 5) Avaliações da educação superior tratam a internacionalização de forma vaga; 6) Não há uma base nacional de dados sobre internacionalização da educação superior nem indicadores mínimos; e 7) desenvolvimento de projetos de pesquisa e de cooperação muito mais baseados na amizade do que no caráter científico.

Considerando o Plano Nacional de Educação e o Plano Nacional de Pós-Graduação nos parece importante entender o papel das IES no que engloba o envolvimento dos alunos e professores brasileiros. Para tanto, retomamos os postulados do conceito de política pública que tem como fim contribuir com a sociedade. Assim, o cumprimento das metas estabelecidas nestes planos deve considerar as características e necessidades da sociedade brasileira e, ainda, as instituições como atores essenciais à sua implantação, incluindo aqui as ações de internacionalização. O “Estado em ação”, depende da atuação das IES e daí, reforçamos a necessidade de atuação convergente destes atores.

Sobre o PNPG 2011-2020 o capítulo 11 que trata da internacionalização da pós-graduação e da cooperação internacional considera dados sobre: nível de impacto mundial das publicações de brasileiros; participação com destaque de pesquisadores brasileiros em fóruns internacionais de ciência; colaborações por meio da atuação de governo, IES, fundações de pesquisa; as publicações em parceria e, destaca que “As ações de cooperação internacional de um país podem ser classificadas em três vertentes: a) usuário, quando o país em desenvolvimento ainda não tem capacidade de pesquisa instalada; b) mutuário, quando o país já logrou estabelecer uma base científica e pode desenvolver cooperações de forma simétrica com outros países; c) provedor, quando o país pode apoiar outros países na capacitação em C&T&I (BRASIL- PNPG 2011-2020).

Dada essa classificação, retomamos a observarmos sobre a atuação do CNPq que busca aperfeiçoar o desenvolvimento nacional, a cooperação internacional e dinamizar a gestão dos instrumentos de cooperação, diversificar e expandir as parcerias estratégicas com países desenvolvidos e

em desenvolvimento. Com base nisso, percebe-se que a maioria das ações do CNPq pode ser considerada na vertente “Mutuário” e algumas na vertente Provedor na forma conceituada neste documento. (BRASIL -PNPG 2011-2020). Ainda sobre este tema, para uma política pública efetiva, dado o papel das IES, seria essencial uma pesquisa para identificar em quais níveis dessa classificação têm trabalho as IES brasileiras, para então, projetar ações eficazes. Nesse sentido cabe ainda um outro exemplo clássico brasileiro que foi o Programa Ciência sem Fronteiras. Dado o formato integralmente vertical como foi constituído, não permite ser chamado de política pública, sem demérito aos efeitos positivos produzidos na vida de milhares de brasileiros. O governo brasileiro ao lançar o programa, desconsidera integralmente a expertise ou opinião das IES brasileiras e sequer considerou se os jovens brasileiros tinham conhecimento de idioma para estudarem no exterior e um dos efeitos foi o colapso na chamada a Portugal e o posterior recuo nas exigências quanto ao conhecimento de idiomas.

Neste sentido, reforça-se que a estruturação de uma política para a internacionalização das IES exige elementos de política pública que respondam à construção de um projeto de Estado (MANJARRÉS; GONZÁLEZ, 2014). Falar de internacionalização da educação superior brasileira e de uma política pública nacional focada nesse processo é um cenário complexo e que demanda olhares críticos, apurados e de diversos ângulos dada a diversidade do país. O Brasil necessita de formação de talentos para o futuro do país, uma agenda de cooperação internacional em matéria de transferência de conhecimento, uma estratégia mais clara sobre a contribuição nacional aos desafios nacionais e mundiais e a vinculação das atividades de internacionalização às agendas regionais. Em todas essas questões o país precisa ser mais propositivo (MIRANDA e STALLIVIERI, 2017) e ter clareza do que já existe e do que pode ser construído.

Conforme apontado na Conferência da UNESCO de 2022, a educação no mundo todo precisa repensar a reconstruir caminhos de sua atuação com a sociedade, pois os problemas no mundo evidenciam que a educação está falhando no seu papel. Por isso, entendemos ser crucial avaliar a atuação e o papel do Estado e sua relação com as universidades para avançar com a construção de novos caminhos à sociedade brasileira. Dentre os benefícios da atuação do Estado a partir das políticas públicas estão: o direcionamento com estratégia e propósito; o planejamento de futuro para o país; e o potencial nacional.

Como partimos do pressuposto de que o Brasil não possui uma política nacional de internacionalização, mas sim, ações e programas isolados criados conforme interesses de cada governo ou órgão governamental, então, podemos apenas apontar e avaliar benefícios e prejuízos de não haver uma política pública. Qualquer movimento contrário recairia em ausência de cientificidade pois abrangeria um caráter imaginativo. Os principais elementos estão dispostos nesse quadro:

Quadro 2 - Benefícios e prejuízos da ausência de uma política pública nacional para internacionalização brasileira:

Benefícios	
Nível gestão das IES	Nível nação
<ul style="list-style-type: none"> - Maior liberdade para definir estratégias institucionais de internacionalização. - Autonomia para criação de Acordos de Cooperação. - Autonomia para gerenciar mobilidade de alunos, professores e técnicos para o exterior e do exterior para a IES. - Não dependência ou engessamento decorrente de políticas governamentais. - Flexibilidade na criação de ações inovadoras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Regiões podem ampliar sua atuação internacional a partir de potencialidades locais como economia, cultura, diversidade, e traçar estratégias de internacionalização nas universidades ali localizadas. - Critérios de inserção internacional ficam a cargo mais das regiões do país onde as IES se encontram. - Flexibilidade de atores ativos locais em criar ações e novos programas adequados ao contexto nacional e internacional sem a rigidez de normas pré-estabelecidas.

Prejuízos	
Nível gestão das IES	Nível nação
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de direcionamento para formulação da política interna de internacionalização. - Falta de direcionamento para gestão pedagógica focada na formação de estudantes universitários com competências globais. - Ações de gestão interna da Internacionalização da IES desalinhada com objetivos estratégicos na nação. - Dificuldade em se apresentar para o exterior e atrair alunos, pesquisadores e professores estrangeiros. - Irrelevância dos esforços de internacionalização frente às ações das universidades ainda focadas nas IES de classe mundial do norte. - Falta de recursos para incentivo de ações de estímulo ao aprendizado de idiomas estrangeiros. - Dificuldade em definir os critérios internos para a própria avaliação do processo de internacionalização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de resultados à sociedade devido ao não direcionamento da política nacional de internacionalização. - Ausência de critérios nacionais na formação do estudante de competências que deveriam ser priorizadas para a nação e com vistas ao contexto mundial. - <i>Brain drain</i> pela ausência de estímulos de retenção, formação e atração de talentos intelectuais e científicos no país. - Incapacidade de mudar a visão estereotipada do Brasil por meio da promoção internacional da qualidade e das potencialidades do ensino e ciência produzida nas universidades brasileiras. - Cooperação reativa e sem ganhos reais ao país pela ausência de estímulos para intercâmbio de regiões do globo que possam colaborar verdadeiramente com o Brasil. - Manutenção do monolinguismo pela ausência de uma efetiva promoção da formação nacional em línguas estrangeiras desde os níveis mais básicos da educação até a educação superior. - Incapacidade avaliativa do processo pela ausência de dados de abrangência nacional.

Fonte: Elaboração própria.

Os apontamentos deste quadro, indicam apenas alguns elementos, mas não se limitam a eles. O que se busca reforçar aqui é que a ausência de uma política nacional não afeta ou beneficia apenas as instituições e seu processo de gestão, mas, sobretudo o país como um todo. Sem avançarmos com parâmetros mínimos de conceitos e de práticas adotadas pelo governo e pelas IES será inviável promover o que de Wit et al (2015) aponta como sendo a finalidade desse processo.

Diferentes governos brasileiros, infelizmente não possuem a devida clareza de que a internacionalização é importante ao país e precisa ser desenvolvida com os principais atores: as IES. Precisa ir muito além da falsa autonomia atribuída às IES de desenvolverem um processo que deve ser da nação. Em alguns momentos a internacionalização da educação superior é vista como instrumento de prestígio permitindo aos países que se utilizam dessas estratégias ampliar o reconhecimento como países fortes em termos educacionais e polos atrativos de inovação e desenvolvimento e isso vai além de oferecer programas com ofertas de bolsas ao exterior.

O prestígio atrai e seduz a opinião pública estrangeira, e cria vínculos de confiança e cooperação entre os países. A cultura, as ciências e as artes passaram a desempenhar um papel relevante na projeção internacional dos países por sua capacidade de atrair investimentos estrangeiros e desenvolver a confiança e a cooperação entre os Estados e seus povos. Ações e programas nacionais que se valem da educação como um recurso de promoção no exterior são exemplos de diplomacia pública e se destinam a contribuir com a aproximação entre os países e com o desenvolvimento de vínculos de cooperação e confiança entre as nações (GIACOMINO, 2009, p. 159) e isso vai além de ser um país turístico.

A formação do estudante universitário no mundo todo requer a tomada de consciência de que a globalização produziu um mundo multiétnico e transcultural. É reconhecer que o mundo mescla culturas, formas de pensar e repleto de diversidade. Por outro lado, ainda presenciamos que o encontro com o outro segue sendo difícil em um mundo que se debate entre o desejo de se abrir ao novo e proteger-se a si próprio, em uma contradição, onde os povos lutam por abrir suas fronteiras, mas desejam

conservar o que é seu de forma inalterável. A contradição avança nesse momento do processo globalizante onde discursos populistas, nacionalismos, violência simbólica física que se estende às redes sociais, contradizendo os avanços científicos e filosóficos que afirmam que não há raças nem culturas superiores ou inferiores. Tomar consciência de um momento histórico importante para considerar a alteridade como um dos principais desafios não só do presente, mas do futuro imediato, é um desafio para as novas gerações e a internacionalização é um dos meios da formação de novas visões de mundo e da busca da paz mundial.

Quando se traz aqui a importância do Brasil discutir o significado de uma política pública nacional a partir de métricas claras para o processo de internacionalização das IES se chama atenção para a ausência de discussão ante um assunto relevante e estratégico para o país. Isso porque a internacionalização da educação superior precisa ser considerada como estratégica no sentido de promover a nação e o seu sistema de educação superior, a exemplo do que já fizeram outros países.

Na Espanha, o documento "Estrategia para la internacionalización de las universidades españolas 2015 – 2020", busca fortalecer a identidade do sistema de educação superior espanhol, em que desenha sua política de internacionalização. O documento deixa claro que objetivam consolidar um sistema universitário forte e internacionalmente atrativo que promova a mobilidade de entrada e saída dos melhores estudantes, professores e pesquisadores e pessoal administrativo e serviços, a qualidade educativa, o potencial da língua espanhola como idioma para a educação superior, a internacionalização dos programas formativos e as atividades de tecnologia e desenvolvimento que venham a contribuir para a melhora do atrativo e da competitividade internacional da Espanha assim como o desenvolvimento socioeconômico de seu entorno baseado no conhecimento (ESPAÑA, 2014).

Nos Estados Unidos – EUA ainda que também haja críticas quanto à falta de articulação conjunta entre os ministérios sobre a importância de mais articulação da educação internacional no país, recentemente o Departamento de Educação e Estado dos EUA emitiram uma declaração conjunta em que deixam claro a renovação do compromisso dos EUA com a educação internacional. As agências se comprometeram a “participar de uma abordagem nacional coordenada à educação internacional, incluindo estudos nos Estados Unidos por estudantes, pesquisadores e acadêmicos internacionais; estudar no exterior para os americanos; colaboração internacional em pesquisa; e a internacionalização do campus e salas de aula dos EUA.” (EUA, 2021).

O secretário de Estado Antony Blinken disse que a declaração conjunta, também é apoiada pelos Departamentos de Comércio e Segurança Interna, “ressalta nosso compromisso de trabalhar em todo o nosso governo e com parceiros no ensino superior, setor privado, sociedade civil e outros setores para continuar promovendo a educação internacional nos Estados Unidos. Cabe destacar que esta declaração de apoio à educação internacional do governo Biden ocorre após quatro anos em que o setor se viu em frequentes batalhas com o governo Donald Trump quando dos problemas com a política de concessão de vistos para estudantes estrangeiros.

Quando se analisa declarações e documentos específicos sobre educação internacional de outros países, se observa a preocupação com o prestígio da Educação para o Estado no sentido de dar visibilidade ao país e ao sistema de ensino superior permitindo assim a atração de estudantes e pesquisadores estrangeiros movimentando todo o sistema de educação e isso é diferente do que vemos no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo evidencia que o Estado brasileiro tem exercido um importante papel nas diretrizes da condução da educação superior brasileira, mas tem atuado de forma desarticulada por meio dos seus diferentes órgãos governamentais no que concerne ao processo de internacionalização. Isso tem reflexos, tanto na gestão e condução junto às IES quanto na fragilidade de definições estratégicas de inserção internacional que beneficiem o país.

Com a intenção de contribuir com a construção de novas interpretações, o presente estudo identifica que uma política pública nacional de Internacionalização precisa considerar os diferentes graus, atores e potencialidades de internacionalização da educação superior brasileira. O desenvolvimento de pesquisa de ponta, alinhada com demandas de desenvolvimento tecnológico do Brasil deve ser foco a fim de tornar o país competitivo, e por conseguinte, contribuir com o avanço do país e promover novas oportunidades e melhorias à sociedade.

A política que precisa ser estabelecida precisa ser *comprehensive*, parafraseando Hudzick e considerar as riquezas de diferentes regiões no país. Também, a política precisa direcionar caminhos àquelas instituições com menor ou nenhum grau de internacionalização e propor também avanços. Considerar a Internacionalização em casa e a internacionalização do currículo como parte do processo, incentivar iniciativas de colaboração virtual tornado a formação de caráter internacional mais inclusiva ou criar incentivos e condições de incluir mais estudantes e professores com vivência e atuação internacional, são alguns dos norteadores de uma política nacional para a atualidade.

Acreditamos que uma política pública nacional de internacionalização precisa ser desenvolvida no Brasil e servir de fio condutor de um processo verdadeiramente nacional, sem perder de vista a verdadeira autonomia universitária. Precisamos avançar a dualidade de responsabilidades em que instituições esperam definições do governo e governo espera das instituições.

Isso porque responsabilizar as instituições de ensino por desenvolver o processo de internacionalização da educação superior no Brasil evidencia que não há intenção governamental de pautar ou prospectar o Brasil pelo caminho da ciência, da tecnologia, da expertise da extensão, do ensino com habilidades globais através das relações acadêmicas internacionais. É normalizar que o país aceita sua situação reativa no processo de internacionalização e, por conseguinte, no desenvolvimento da ciência e da tecnologia com caráter decolonial e, permanecendo como país exportador de mentes e commodities.

As políticas públicas para a internacionalização precisam estar articuladas com a realidade e com os dados atuais. Nesse sentido, sem informações atuais não é possível planejar nem estabelecer metas. Uma política precisa ser simples, clara e coesa com as necessidades da sociedade brasileira. Do contrário, teremos mais uma ação descolada e que não resultará em benefícios à sociedade como o processo preconiza na sua definição conceitual. Argumentamos que uma política pública nacional de internacionalização no Brasil não pode estar desalinhada do tripé (ensino, pesquisa e extensão), a menos que ocorra uma mudança constitucional.

Sendo assim, é urgente que ocorram avanços na compreensão macro da internacionalização em todos os níveis da educação para que ocorra efetiva contribuição à sociedade pois a educação superior é apenas a ponta do iceberg do sistema educacional. Para isso os organismos públicos precisam definir mais claramente seu papel e articular suas ações em prol do avanço do processo em caráter nacional. Para isso, há otimismo, pois o Brasil tem estruturas sólidas já constituídas como a estrutura nacional da educação, agências de fomento com longa trajetória, sistema de avaliação consolidado, quantitativo populacional com potencial de ampliar a capacidade científica do país. Estes e outros elementos favorecem o Brasil que atualmente carece de um olhar apurado para dentro para projetar o futuro olhando para o mundo.

Pensar no Brasil a partir de políticas públicas usando apenas as lentes da universidade de classe mundial é desprezar as mazelas presentes na educação e desconsiderar as históricas desigualdades do país. Iniciativas de internacionalização que ignoram, por exemplo, que os índices de pessoas que buscam a formação em licenciaturas sem qualquer ação para ativar esse quadro, é no mínimo descompromissada com o futuro do Brasil e com a formação das próximas gerações. A política pública e a internacionalização não podem estar desconectadas da sociedade e não devem ser pautadas apenas em uma elite de pessoas ou instituições. Elas precisam ser meio para melhorar a vida dos brasileiros.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, P.; REISBERG, L.; RUMBLEY, L. Trends in Global Higher Education: tracking an Academic Revolution. Report Prepared for the UNESCO 2009 World Conference of Higher Education, SIDA/SAREC, 2009. Disponível em: <https://www.cep.edu.rs/public/Altbach,_Reisberg,_Rumbley_Tracking_an_Academic_Revolution,_UNESCO_2009.pdf>. Acesso em 9 de julho de 2023.

BARTELL, M. Internationalization of universities: A university culture-based framework. *Higher Education*, 45 (1), p. 43-70, 2003.

BISCHOFF, Viviane, MIRANDA, J. A. A. Educação Internacional como Soft Power: o ensaio da política externa de Dilma Rousseff, em *Revista Ibero Americana em Estudos de Educação*, v. 13 n. 3, p. 899-915, 2018.

BRASIL – CAPES, 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/RelatorioTcnicoPNPGs.pdf>>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

BRASIL – CAPES, 2018 Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/informacoes-internacionais/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>>. Acesso em: 12 de junho de 2023.

BRASIL- CAPES 2022 –Programa de Apoio ao Processo de Internacionalização de Instituições de Ensino e Pesquisa Brasileiras Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-de-apoio-ao-processo-de-internacionalizacao-de-instituicoes-de-ensino-e-de-pesquisa-brasileiras-papri>>. Acesso em: 23 de junho 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. *Decreto no 742/2011*. Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BRASIL, SECRETARIA DA EDUCACAO SUPERIOR - SESU disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-superior>>. Acesso em: 4 de julho de 2023.

BRASIL, SECRETARIA DA EDUCACAO SUPERIOR – SESU 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-superior/programa_idiomas_sem_frenteiras>. Acesso em 5: de julho de 2023.

BRASIL, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SESU 2013 Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-superior/programa_estudantes-convenio_graduacao>. Acesso em: 2 de julho 2023.

BRASIL, SINAES, Instrumento de Avaliação Institucional Externa: presencial e a distância. INEP, Brasília, 2017. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf>. Acesso em: 14 de junho de 2022.

BRASIL – PLATAFORMA CAROLINA BORI, 2016 – Disponível em: <<https://plataformacarolinabori.mec.gov.br/usuario/acesso>>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

BRASIL – PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO 2011- 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf>>. Acesso em: 13 de junho de 2023.

BRASIL – ARCU SUL. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-superior/programa_mobilidade_academica_regional_para_as_carreiras_acreditadas_pelo_sistema_arcu-sul>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

CANEDO, L., GARCIA, A. Les Boursiers Brésiliens et l'accès aux formations d'excellence internacionales. Cahiers du Brésil Contemporain, Paris, n. 57/58, p. 21-48, 2004-2005.

CASON, J. W. POWER, T.J. Presidencialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian foreign policy making in the Cardoso-Lula Era. *International Political Science Review*, 30: p. 117-140, 2009.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPg 2011-2020. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

CAPES, Portaria N.127. Programa de Apoio ao Processo de Internacionalização das Instituições de Ensino e Pesquisa Brasileiras – PAPRI, 2022. Disponível em: <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4012/portaria-capes-n-127>>. Acesso em: 3 de Agosto de 2022.

CAPES – PRINT. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/informacoes-internacionais/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>>. Acesso em: 12 de maio 2023.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Infocapes: Boletim Informativo da CAPES. v. 10, n. 4. Brasília: CAPES/MEC, 2002.

CORRÊA, Helena Ariane Borges. *Cultura e Instituições: Relações entre Cultura Política e Políticas Públicas no Brasil, no Chile e no México*. 2012. 212 f. [Doutorado em Ciências Sociais] - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DE WIT, H. Internationalization in Higher Education, a critical review. *Simon Fraser University Educational Review*. Vol.12, n. 3, fall 2019.

DE WIT, H. et al. (Eds). *Internationalisation of Higher Education*. Brussels: European Parliament, Directorate-General for Internal Policies. 2015.

DI MARIA, David. Senior International Officer Roles and Responsibilities: essential roles and responsibilities, NAFSA, New York, 2019.

ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Estrategia para la internacionalización de las universidades españolas 2015 - 2020. 2014. Disponível em: <<http://www.mecd.gob.es/educacion-mecd/dms/mecd/educacion-mecd/areas->

educacion/universidades/politica-internacional/estrategia-internacionalizacion/EstrategiaInternacionalizaci-n-Final.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

EUA, Education USA, 2021 Disponível em: <<https://educationusa.state.gov/us-higher-education>>. Acesso em: 14 de junho de 2022.

FAUBAI – Associação Brasileira de Educação Internacional. Disponível em: <<https://faubai.org.br/britishcouncilfaubaiguide2018.pdf>>. Acesso em: 3 de junho de 2023.

FORPROEX, Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012. Disponível em: <http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica_Nacional_de_Extensao_Universitaria_-FORPROEX-_2012.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2022.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. *La internacionalización de la educación superior*. Paradigma para la ciudadanía global. Guadalajara: CUCSH-UdeG, 2003.

GIACOMINO, C. A. *Cuestión de imagen: la diplomacia cultural en el siglo XXI*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

HUDZIK, J. *Comprehensive internationalization: from concept to action*. Washington, DC: NAFSA Association of International educators, 2011.

KNIGHT, Jane. Internationalization: management strategies and issues. *International Education Magazine*, v.9, p.21-22, 1993.

KNIGHT, Jane. *Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios*. 2 ed.; e-book, São Leopoldo: Oikos, 2020.

KNUTSON, Sonja. *International education leadership experiences in Canadian universities: Policy and practice*. Memorial University of Newfoundland, Thesis of Doctor of Philosophy of Education in the Faculty of Education. 2019.

LEAL, Fernanda. Políticas de Internacionalização de la Educación Superior en Brasil. p.12-40. em: Análisis de políticas públicas para la internacionalización de la educación superior en América Latina. *Revista Interamericana de Comunicación Midiática*, v. 21, n. 46, 2022.

LIMA, Manolita C.; CONTEL Fabio B. *Internacionalização da educação superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento*. São Paulo Alameda. 2011.

MANJARRÉS, N. J.; GONZALEZ, C. A. Elementos para la construcción de una política pública de internacionalización de la educación superior. In: SALMI, J. et al. (Orgs.) *Reflexiones para la política de internacionalización de la educación superior en Colombia*. Bogotá: Ministerio de Educación Nacional, 2014. Disponível em: <<http://ocyt.org.co/es-es/noticias/ArtMID/478/ArticleID/222/Reflexiones-para-la-politica-de-internacionalizaci243n-de-la-educaci243n-superior-en-Colombia>> p. 267-283. Acesso em: 27 dez. 2014.

MARCA – Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para as Carreiras Acreditadas pelo Sistema ARCU SUL. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-superior/programa_mobilidade_academica_regional_para_as_carreiras_acreditadas_pelo_sistema_arcu-sul>. Acesso em: 23 de junho 2023.

MARGINSON, S.; RHOADES, G. *Beyond national states, markets, and systems of higher education: A glonacal agency heuristic*. Higher Education. Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands, v.43, 2002.

MATTIELLO, R.; TOLEDO, N. Internacionalização: a interface com a extensão universitária. *Revista Compartilhar*, v.5, n. 1, 2020.

MIRANDA, J. A. A. D.; STALLIVIERI, L. Para uma política pública de internacionalização para o ensino superior no Brasil. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 22(3), p. 589-613, 2017.

MIRANDA, J A. A.; BENTES, J. Internacionalização: dificuldades na gestão das IES brasileiras. In: Bentes, J. *et al.* (Org.). *Gestão no ensino superior: governança internacional*. Rio de Janeiro: Wak, p.91-108, 2017.

MIURA, I.K. *O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo em três áreas de conhecimento*. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

MOREIRA, Larissa Cristiana Dal Paiva; RANICHESKI, Sonia Maria. Análise da internacionalização da educação superior entre países emergentes: estudo de caso do Brasil com os demais países membro dos BRICS. *Ver. Inter. Educ. Sup.* Campinas, SP, v.5, p. 1-26, 2019.

MUELLER, Cristiana Verônica. *O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. (Dissertação em Relações Internacionais). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013. <<http://hdl.handle.net/10183/78147>>.

SEBASTIÁN, Jesus. *Cooperación e internacionalización de las universidades*. 1 ed. Buenos Aires: Biblos, 2004.

STALLIVIERI, Luciane; VIANNA, Cleverson Tabajara. Responsible internationalization: new paradigms for cooperation between higher education institutions. REGIT, Fatec-Itaquaquecetuba, SR, v.14, n.2, jul-dez, p.9-30, 2020.

SOUZA, C. Estado do Campo da Pesquisa em políticas públicas no Brasil. In: HOCHMAN, G. et Al. (org.) *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

VAN DER WENDE, M. Internationalisation policies: about new trends and contrasting paradigms. *Higher Education Policy*. v.14 [S.l.], p.249-259, 2001.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS (Authors contribution)

Autor 1 – Escrita primeira versão, pesquisa bibliográfica e de informações, definição estrutura e revisão.
Autor 2 – Contribuição na escrita, pesquisa bibliográfica e na revisão final, edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.